

PAISAGENS DO MEDO: A EXPANSÃO DO IDEÁRIO ECOLÓGICO NA CIDADE DE LONDRINA-PR – (1970-1990)

LANDSCAPES OF FEAR: THE RISEN OF ECOLOGICAL IDEAS
IN THE LONDRINA CITY-PR (1970-1990)

Gilmar Arruda¹
Aparecida Leite V. da Silva²
Eliane Aparecida Bassetto³

Resumo: Os estudos de história ambiental tem crescido continuamente nos últimos anos no Brasil. Uma das principais propostas deste campo de pesquisa é seu caráter interdisciplinar. Exploramos neste artigo o conceito de “paisagem do medo” como uma ferramenta para o estudo do surgimento da chamada era da ecologia no Brasil, em particular na cidade de Londrina-PR, nos anos de 1970 a 1980. Além disso, a análise do jornal Folha de Londrina mostrou outras formas de percepção e relação com a natureza nesse mesmo período, cujas temáticas precisam ser aprofundadas e consolidadas com o exame de outras fontes e metodologia.

Palavras-chave: Era da ecologia, História Ambiental, Londrina, Paisagens do medo.

Abstract: Abstract: Studies of environmental history have risen steadily in recent years in Brazil. One of the main proposals in this field of research is its interdisciplinary character. Explored in this article the concept of "landscape of fear" as a tool for studying the emergence of so-called era of ecology in Brazil, in particular the city of Londrina, in the 1970 to 1990 years. In addition, analysis of the newspaper Folha de Londrina showed other forms of perception and relationship with nature in the same period, whose themes need to be deepened and consolidated with the examination of other sources and methodology.

Keywords: The age of ecology, environmental history, Londrina city, landscapes of fear.

1 - A era da ecologia foi aberta no deserto do Novo México, perto da vila de Alamogordo, em 16 de julho de 1945, onde explodiu a primeira bomba atômica. A partir deste momento a preocupação com as consequências da capacidade dos homens “brincarem com a morte, ou de Deus” tornava-se corrente, pelo menos nos Estados Unidos: “Debaixo da ameaça da bomba atômica uma nova consciência moral chamada ambientalismo começava a tomar forma, cujo propósito era usar as idéias da ecologia para restringir o uso da moderna ciência baseada no poder sobre a natureza”⁴. O governo dos Estados Unidos planejava uma série de explosões subterrâneas para estudar os impactos ambientais da bomba atômica. Foram realizadas no

Atol Bikini, no Pacífico Sul. Os resultados iniciais destas experiências apontaram que as consequências eram irrelevantes e a radiação rapidamente se dissipava. Entretanto, o próprio governo enviou um time de biólogos para estudar o que tinha acontecido com os “isótopos radioativos”. Nos anos seguintes eles mediram as areias com contadores Geiger, mergulharam nas águas da laguna e contaminaram peixes para estudar os efeitos da radiação. A preocupação era tentar entender o impacto na cadeia alimentar. Eles descobriram que, contrariamente as primeiras impressões, os resíduos de radiação permaneciam pelo menos “cinco anos após a explosão” e que ela estava presente na gordura dos atuns da região e,

¹Professor Titular da Universidade Estadual de Londrina- UEL.

²Professora do Ensino Fundamental e Médio. Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

³Professora da Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL.

⁴WORSTER, Donald. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. 2ª ed. New York: Cambridge University Press, 1996, p.334.

logicamente, terminaria contaminando quem os consumisse⁵.

O problema das ameaças e conseqüências decorrentes da radiação atômica não era mais facilmente ignorável. Em meados da década de 1950 as revistas nacionais começaram a encher suas páginas com histórias “sobre bombas gigantescas, cada uma delas com a força de milhões de toneladas de TNT, e sobre os seus impactos na terra e no ar”⁶. Neste período os cientistas começaram a se manifestar e interferir publicamente no debate da construção e das conseqüências da energia atômica. Neste momento, “de acordo com os cientistas o desenvolvimento dos reatores nucleares para uso pacífico poderia produzir estrôncio 90 suficiente no final do século que a dispersão de meros 1% poderia contaminar a terra inteira”⁷.

Este cenário estava sendo desenhado, conforme Donald Worster, menos de uma década após os testes do Atol de Bikini, embora os efeitos ecológicos da energia atômica ainda não tivessem alcançado uma larga preocupação entre os cientistas norte-americanos. Um destes cientistas que se tornou uma celebridade foi Rachel Carson. Ela não era conhecida na época da primeira onda de protesto dos cientistas. Envolvida com pesquisas sobre o mar acabou chegando à questão ecológica e tornou-se, segundo Worster, “A primeira a alertar o público inteiramente sobre a nova categoria de substâncias tóxicas, pesticidas orgânicos feitos de “organo-clorados”, que estavam poluindo a terra. Seu trabalho, traduzido para mais de doze línguas, influenciou a consciência ecológica global”⁸. No seu livro “Primavera silenciada” ela denunciou a contaminação do meio ambiente por substâncias com enorme capacidade de acumulação nas plantas e animais e até alterando o material genético. Quando ela morreu, em 1963, havia influenciado uma multidão de pessoas pelo mundo todo: “Ela não tinha organizado um movimento político nem tinha visto uma nova ética ambiental se tornado corrente, entretanto, tinha ajudado a transformar a ecologia em uma palavra familiar e

ajudado o crescimento da causa internacional do ambientalismo”⁹.

A diferença marcante do novo ambientalismo é, para Worster, a influência exercida de “um relativamente obscuro grupo de pensadores nas duas ou três décadas anteriores que precederam o novo movimento ambientalista, a maior parte deles acadêmicos dos campos da ecologia e da geografia.”¹⁰. Foram os primeiros a ver o meio ambiente como relações interativas entre os humanos e o resto da natureza. Idéias que provinham frequentemente de além fronteiras. Nos anos cinqüenta do século XX essas influências tinham começado a se integrar em um novo e interdisciplinar ponto de vista unindo as ciências sociais e naturais.

Uma crescente onda de estudos e publicações, nos Estados Unidos, ampliaram a percepção da ameaça das substâncias potencialmente poluentes bem como dos riscos que a natureza, a Terra, estava sendo ameaçada. Estudos como do Paul Ehrlich, que mencionava outra bomba além da atômica, a “explosão populacional”. Agora não era apenas a tecnologia que ameaçava a Terra, mas a “biologia humana que tinha se tornado um fator na corrida para o Armagedon”¹¹. Livros como “*The Closing Circle*” de Barry Commoner, um dos primeiros cientistas a envolver-se na política ambiental, um dos organizadores do Comitê para Informação Nuclear. Nos anos de 1960 o Comitê passou a ser Comitê para Informação Ambiental e Commoner iniciou a edição de uma revista chamada *Ambiente* e começou a estudar os efeitos dos fertilizantes químicos a base de nitrato nos reservatórios de água potável. As conclusões de Commoner, além de apontar para os índices de contaminação pelo fósforo presente nos detergentes domésticos na água, denunciavam o que seria para ele a causa desta “crise ambiental”: “O impulso para maximar os lucros das corporações, ele sustentava, era a força por detrás do desenvolvimento destes novos produtos prejudiciais, todos os quais tinham substitutos seguros mais ou menos lucrativos”¹².

⁵Idem, p.345.

⁶Idem, p.346.

⁷Idem, p.346.

⁸Idem, p.347.

⁹Idem, p.350.

¹⁰Idem, p.351-352.

¹¹Idem, p.353-354.

¹²Idem, p.355.

A crítica atingia assim o centro do próprio estilo de vida norte americano.

No final dos anos de 1960 o conjunto de movimentação, pesquisa, livros e protestos conclamando por regulamentação obteve algum sucesso na esfera política, iniciando-se, então processos de criação de legislação do uso e fabricação de produtos considerados nocivos tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra. Ao mesmo tempo, a lista de produtos considerados poluentes ampliava-se e incluía “as emissões dos automóveis, o lixo sólido, vazamentos de petróleo, (...) e o dióxido de carbono”¹³.

A descoberta da vulnerabilidade da natureza foi um grande choque para americanos e britânicos que, para Worster, somente a palavra “revolução” poderia dar o sentido desta percepção. A percepção da ameaça ampliou-se foi além da condenação da “classe capitalista” até atingir “os valores associados ao crescimento da civilização burguesa, a própria visão de mundo da classe média, com sua adesão a tecnologia, produção e consumo ilimitados, vantagens materiais, individualismo e a dominação da natureza”¹⁴. Ironicamente, diz Worster, a crítica mais radical do movimento ecologista encontrou o seu mais forte apelo na própria classe média norte-americana.

Dois eventos nos anos de 1970 marcaram definitivamente a chegada da “era da ecologia”. O primeiro foi à criação do Dia da Terra, ocorrido pela primeira vez em 22 de abril de 1970. O próprio presidente Richard Nixon, que não era um ecologista, falando na oportunidade chamou os cidadãos norte-americanos a “fazerem as pazes com a Mãe Natureza”. Para Worster, “palavras fáceis vindo de um homem que estava ainda acenando para uma guerra no sudoeste da Ásia, mas o peso na linguagem oficial era impressionante”¹⁵.

O segundo evento foi a Conferência da ONU em Estocolmo em 1972 reunindo ambientalistas oficiais e não oficiais vindos de todas as partes do mundo para discutir a situação global. Eles estiveram diante de formidável desafio para

apreender a trabalhar em conjunto, ultrapassando barreiras de classe, lingüísticas, ideológicas e religiosas que os separavam, para tentar discutir e resolver os problemas da proliferação nuclear global, da super-população, poluição industrial e a exaustão de recursos¹⁶.

Seria o começo da “Era da Ecologia”, termo criado pela mídia norte-americana, mas não significava, obviamente, que a mensagem dos ecologistas havia sido aceita e assimilada em todos os lugares e por todas as pessoas. Mesmo no círculo restrito dos cientistas americanos e britânicos, não havia consenso sobre a idéia de “crise ambiental”, ou se ela realmente existia. Mas uma “nova fase da civilização” parecia estar começando, “de forma tímida, oscilante e confusa”¹⁷. Nos anos de 1970 e seguintes ocorreu a expansão do ideário ecologista, ou da “era da ecologia” pelo mundo afora. Além da contribuição dos cientistas, mencionada anteriormente, o que efetivamente o ambientalismo acrescentou as idéias sobre os limites, concepções e alterações provocadas pelos homens no meio ambiente foi o senso de urgência, que chegava aos limites do apocalipse. O meio ambiente estaria em “estado de crise”¹⁸.

2 - Uma das diferenças percebidas no campo da história ambiental é a preocupação em definir, ou explicitar, mais claramente a lógica que preside a escolha dos recortes espaciais. Esta preocupação origina-se, ou se fortalece no próprio desafio que os praticantes deste campo se colocaram que era o de superar a dicotomia existente entre cultura e natureza nos paradigmas das ciências sociais: “Trata-se de uma mudança séria de paradigma nas ciências sociais. Significa que o cientista social dá às ‘forças da natureza’ um estatuto de agente condicionador ou modificador da cultura”¹⁹. Segundo Drummond, uma das características metodológicas da história ambiental seria

... que quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou

¹³ Idem.

¹⁴ Idem, p.356.

¹⁵ Idem, p.357.

¹⁶ Idem, p.358.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem, p.353.

¹⁹ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental; temas, fontes e linhas de pesquisas. *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol.4, nº 8, p.177-197, 1991. p. 80.

identidade natural: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, a área de ocorrência natural de uma árvore de alto valor comercial e assim por diante. Isso revela um parentesco com a história natural, que via de regra prospera melhor em cenários fisicamente circunscritos.²⁰ (destaques no original)

É neste sentido que se busca em outras disciplinas a possibilidade de um recorte espacial que tenha certa uniformidade.

O espaço é um desafio para o campo da história ambiental, como podemos deduzir das afirmações de Donald Woster, para quem a renovação historiográfica das últimas décadas, mesmo tendo ampliado a perspectiva da história incluindo outros assuntos, não teria ameaçado a

...a primazia do Estado nacional como território legítimo do historiador. A história social, a história econômica e a história cultural ainda são geralmente feitas dentro de fronteiras nacionais. Num grau realmente extraordinário no âmbito das disciplinas acadêmicas, a história (ao menos nos tempos mais recentes) tem se inclinado a permanecer o estudo insular dos EUA, do Brasil, da França e assim por diante.²¹

Toda a renovação ocorrida no campo da teoria e do método do historiador e da história não teriam sido suficientes para ameaçar, pode-se dizer, fazer ver aos profissionais que o espaço não é um dado bruto. Entretanto, o surgimento da história ambiental viria, conforme Woster, a ameaçar a ordem estabelecida pelos “estados nacionais” para a narrativa dos historiadores:

Essa forma de organizar o passado tem a virtude inegável de preservar um simulacro de ordem diante de um caos ameaçador é uma maneira de sintetizar todas as camadas e forças. Mas ao mesmo tempo ela pode criar obstáculos para novas pesquisas que não se encaixara dentro de

fronteiras nacionais, como é o caso da história ambiental. Muitas das questões desse novo campo desafiam uma nacionalidade estreita (...). É verdade que outros temas ambientais se desenvolveram estritamente dentro do quadro da política de uma única nação, (...) Mas nem todos o fizeram e, na história que será escrita no futuro, cada vez menos o farão.²²

Mas, uma vez estabelecido que o espaço não é um dado bruto, que está para o pesquisador assim como tempo, sendo arbitrariamente, ainda que sob determinados critérios explicitados legitimamente na operação científica, ainda resta um problema enorme para os praticantes da história ambiental: quais as bases destes critérios e qual sua origem? Apesar de a “homogeneização arbitrária” do espaço ser necessária para a análise histórica, ela é como se disse: arbitrária. Algumas áreas homogêneas, por exemplo, o de Mata Atlântica são tão amplas em espacialidade, originadas mais de pressões extra-científicas, definidas como biomas por lei que na operação concreta da historiografia, entendida aqui como a relação evidência/dedução, não se sustentam quando mudamos a escala de exame. Pode ser válida para a escala “território nacional”, mas não será para a escala “município”. Além disso, se somarmos a idéia de escala de um tempo mais amplo para além do tempo histórico, no universo de alguns milhares de anos, a idéia de uma “mata atlântica” deixa de fazer sentido. Então as variáveis que são usadas para a definição da base física que suportam a homogeneização, ou a relação de pertinência das evidências/dedução dos eventos históricos precisam de uma clara explicitação, ou sistematização, como condição para o estabelecimento de “verdadeiro método comparativo dentro da história ambiental.”²³

Um primeiro movimento para o esforço de sistematização poderia ser o de perceber a relação existente entre a natureza e a sua incorporação nos processo de construção de determinadas espacialidades políticas e/ou simbólicas, como a idéia de “região”, tal qual já há muito foi realizado com o debate sobre os “dados brutos”. Pode-se

²⁰Idem, p.81.

²¹WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4, n°8, p.198-215, 1991. p.199.

²²Idem, p.199.

²³- CABRAL, Diogo Carvalho. A bacia hidrográfica como unidade de análise em história ambiental. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 12, n°1, 133-162, verão, 2007.

abandonar a noção de “região”, como Cabral sugere para quem a sua adoção não seria um bom caminho, uma vez que seria necessário dialogar com uma “extensa” tradição intelectual, a da geografia, que já vem discutindo este conceito a mais de um século. De fato, este seria um caminho perigoso e, talvez, com pouco resultado. Porém, como sugere o autor, não se deveria aceitar também qualquer recorte como uma região. O autor sugere que, para escapar da armadilha da “região”: “Ao invés de naturalizar a região, melhor seria, a meu ver, proceder da forma inversa e culturalizar recortes naturalistas.” Ou como já havíamos sugerido o caminho a ser adotado seria o de “desnaturalizar” a região, inquirindo sobre os caminhos que permitiram o surgimento de determinados discursos e práticas que articulam uma dada natureza, um dado território, um determinado povo a um imaginário que se denomina regional, seja ele denominado de norte, oeste, ou sul, não importa.²⁴ Essas são armadilhas contidas nas espacialidades “naturalizadas” ao longo do tempo, construídas pelos homens, que são, como foi afirmado, uma das formas de apropriação da natureza. Outra noção existente e inerente as delimitações espaciais é a de fronteira. A fronteira tem seus pressupostos no campo social, assim como o fenômeno da região. Tanto os fenômenos das fronteiras quanto os das regiões buscam na natureza elementos para neutralizarem os conflitos, as lutas de poder pelo território, que estão nas suas origens. A natureza aparece assim como um dado “pacificador” de disputas. A imagem de um rio, por exemplo, é tida como um limite mais estável e isento de conflitos do que uma linha representada em um mapa, como é o caso do rio Reno, visto como fronteira “natural” entre França e Alemanha.

A história ambiental, porém, não pretende apenas um estudo da relação homem x natureza e seus impactos físicos, mas propõe o estudo da produção das formas simbólicas oriundas/decorrentes desta relação.²⁵ Essa abrangência da história ambiental havia sido apontado por Donald Worster na sua, já bastante conhecida, definição

dos três níveis de estudo. O primeiro deles trataria do “...entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado”, já no segundo patamar ou nível, encontraríamos o “...domínio do sócio-econômico na medida em que este interage com ambiente” e, no terceiro nível de análise, no campo da história ambiental, estaria o campo da cultura, que para Worster, é o nível mais intangível e “exclusivamente humano”, “...puramente mental ou intelectual, no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza”²⁶ Para aproximar dos aspectos simbólicos das relações das sociedades com a natureza, também, pode-se buscar noções e conceitos em campos disciplinares próximos a história. A noção de paisagem, assim como o de região, profundamente enraizado no campo da geografia abre muitas perspectivas de análise.

As paisagens são artefatos da cultura historicamente determinados, transformando-se com as próprias sociedades que os criam. São compostas de camadas de representações, das quais algumas possuem suas origens a centenas, às vezes, milhares de anos, e outras são tão recentes quanto o presente:

Compõe-se tanto de camadas de lembranças quando de estratos de rochas.(...) Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos.²⁷

O termo e o conceito “paisagem” é polissêmico e vêm sendo usado por vários campos do conhecimento, especialmente a geografia. Paul Claval, entre outros, entende que “os geógrafos se

²⁴- Ver ARRUDA, Gilmar. História, historiadores, regiões e fronteiras. História: debates e tendências. Passo Fundo: Editora/UFP-Programa de Pós-graduação em história. v.3, n.2 - dezembro/2002. 49-63.

²⁵- A relação entre simbólico e real é bastante complexa e não obedece, conforme uma leitura empobrecedora, uma norma de determinação direta. Ver BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.p. 113

²⁶- WORSTER, 1991, p. 202.

²⁷-SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. S.Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 17

interessaram pelas paisagens desde que sua disciplina foi constituída: é através deles que os viajantes, que se utilizam da geografia, apreendem a natureza das regiões que percorrem.”²⁸ Para Mathew Gandy, “paisagem é um dos temas recorrentes do pensamento geográfico” e já no século XVIII geógrafos como Humboldt e Ritter concebiam a paisagem como uma “... interação da natureza (física) e da cultura.”²⁹ No entanto, essa relação em determinados casos levou a uma perspectiva determinista, “até mesmo reacionária”³⁰ como será visto adiante. Alguns geógrafos, porém, como Sauer, conseguiram escapar desse determinismo enfatizando os elementos da cultura na determinação da paisagem. Segundo Gandy, nos anos de 1970 “... os estudos geográficos afastaram-se claramente dessas concepções, fazendo da paisagem um conceito organizacional.”³¹ O autor faz uma aproximação com os

...recentes desenvolvimentos da história do meio ambiente: Na nova história ambiental, qualquer que seja ela, continuamos a levar em consideração os determinantes estruturais da história da paisagem. Mas também atribuímos maior atenção à ação antrópica e à dos processos físicos naturais.³²

Como a paisagem é uma relação entre homem e natureza e sendo esta forma de percebê-la majoritariamente aceita os problemas envolvem tanto a história como a geografia a discussão. A superação da percepção dicotômica ou reducionista é um desafio para as duas áreas. Como na história ambiental, existe o risco de romantizar ou idealizar a natureza, para a geografia também existem riscos. Gandy faz questão de demonstrar a relação existente entre paisagem e poder, ou entre paisagem e ideologia: “É também a reprodução inconsciente de determinados modos de pensamento que religam a ideologia ao poder simbólico da natureza definida como um conjunto

preexistente de símbolos e significados “(...) A paisagem é fundamentalmente política: toda mudança social constitui, na verdade, um desafio às concepções preexistentes da natureza e às suas representações simbólicas na paisagem”.³³

Existe, portanto, uma aproximação entre a perspectiva aberta pela história ambiental e o conceito de paisagem como uma dos elementos resultantes das relações estabelecidas entre as sociedades e a natureza. Um componente do imaginário social, mas também capaz de alterar a própria organização do espaço, ou seja, a própria natureza. A paisagem não seria apenas uma projeção de algo que se deseja, mas também aquilo que estabelece uma ligação entre a memória/passado da apropriação da natureza com o futuro dessa mesma ligação, ou seja, o desejo, os projetos futuros de sua apropriação.

Não cabe desenvolver o longo caminho percorrido pelo conceito de paisagem e o seu uso entre os geógrafos e outras áreas, mas é importante destacar alguns dos perigos decorrentes de como o conceito de paisagem foi assimilado em determinados momentos. Durante o período da Alemanha nazista, a idéia de paisagem assumiu uma perspectiva de raça pura, ou de “paisagem pura ariana”; evidenciada na afirmação de um dos apologistas do conceito nacional-socialista de paisagem, Erhard Mäding, em seu livro intitulado *Landespflege* (Cultivo da terra), publicado em Berlim em 1942. Nos argumentos desse autor a paisagem teria uma “missão cultural de importância vital na atualidade”, ultrapassando em “... muito as condições de vida físicas e orgânicas”. Para Mäding,

Os alemães serão o primeiro povo ocidental a imprimir na paisagem também a sua alma e assim, pela primeira vez na história da humanidade, será alcançada uma forma de vida em que um povo conscientemente auto-determina, de maneira abrangente, as condições locais de seu bem-estar físico e psíquico.³⁴

²⁸ - CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAAHL, Zeny. (orgs.) **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. P. 16.

²⁹ - GANDY, Mathew. Paisagem, estética e ideologia. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAAHL, Zeny. (orgs.) **Paisagens, textos e identidades**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. pp. 75-91, p. 75

³⁰ - idem, p. 76.

³¹ - idem, p. 76.

³² - idem, p. 77

³³ - idem, p. 80.

Paul Claval considera que o estudo da paisagem não se limita mais apenas a sua realidade objetiva, tendo incorporado os sentidos com os quais ela se torna investida, "... de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem." As interrogações de Claval direcionam o estudo da paisagem para a motivação e/ou escolha de determinado espaço para um investimento mais profundo:

O que faz as pessoas sonharem com as praias, com o sol, com os mares do Sul e os coqueiros? (...) Por que as pessoas consideram alguns acidentes da topografia, certas construções, como lugares nobres? Por que valorizam determinados elementos da paisagem e os consideram como elementos de um patrimônio cuja preservação lhes parece essencial para preservar sua integridade?³⁵

Nas propostas de estudos da paisagem, entre os geógrafos, provavelmente, uma das mais instigantes contribuições tenha sido efetivada por Yu-Fu Tuan ao propor as "paisagens do medo", sentimento partilhado por todos os "animais superiores"... Ansiedades e medos que se configuram em imaginários, em "paisagem do medo". "Conhecem-no como uma indicação de perigo necessária para a sobrevivência." Os humanos tenderiam a suprimir esse fato da consciência, devido, talvez, a necessidade de preservar a natureza como um lugar de inocência, de refúgio. "Flores e seixos em lugares como uma praia, por exemplo, aparecem-nos como tranquilizadores. Alguns animais em certas atitudes representam uma placidez maternal como uma gata amamentando ou uma vaca pastando em um campo verde, entretanto esta placidez no mundo animal é apenas ilusória."³⁶

O medo é um sentimento, excetuando-se os casos patológicos, como a esquizofrenia, sendo resultado de uma construção social e, nesse sentido,

poderia ser estudado como fruto da cultura, como uma paisagem. Essas paisagens do medo seriam inúmeras, quase infinitas, provenientes das forças do caos, naturais e humanas. Praticamente toda a construção humana, sendo material ou imaterial, seria um componente da paisagem do medo, pois suas existências seriam resultantes das tentativas de conter o caos.³⁷

Os refúgios construídos para conter ou escapar do caos podem ser encontrados nos contos de fadas, nas lendas dos adultos, nos mitos cosmológicos, bem como nos sistemas filosóficos, "... nos quais os homens podem descansar, pelo menos temporariamente, do assédio de experiências novas e da dúvida"³⁸. As moradias são fortalezas construídas para defender os seres humanos da natureza e seus elementos. Assim, também o são todos os campos cultivados, os quais são "arrebataados da natureza que procurará destruí-los se não houver um incessante esforço humano." Os seres humanos constroem fronteiras, como cercas vivas dos jardins, muralhas nas cidades, sistema de radares com a finalidade ou a "tentativa de manter controladas as forças hostis."³⁹

Para Yu-Fu Tuan seria impossível estudar as paisagens do medo sem o campo da história, pois a temporalidade é necessária para a sua investigação. Para ele as paisagens do medo não são permanentes e imutáveis: "Por isso é necessário abordar as paisagens do medo tanto da perspectiva do indivíduo quanto do grupo, e colocá-las, ainda que sob a forma de tentativa, em marco histórico"⁴⁰. Ele considera que: "Uma natureza externa que parecia toda poderosa e difícil de prever era uma das principais causas de insegurança humana e medo nos tempos pré-históricos, nas civilizações arcaicas e nas sociedades tribais e tradicionais."⁴¹ Entretanto, este medo, não se refere apenas as sociedades mencionadas pelo autor. A ameaça da "crise ecológica", "catástrofe ecológica" e "aquecimento global", talvez possa ser comparada ao mesmo tipo de "paisagem do medo" da natureza percebida por

³⁴ - Citado por GRÖNING, Gert. A Questionabilidade do Conceito de Paisagem. *Revista RA'Ê GA*, Curitiba, n. 8, p. 9-18, 2004. Editora UFPR. p.13.

³⁵ - CLAVAL, Paul. Op. Cit. pp. 52-53.

³⁶ - Yu-Fu Tuan, Paisagem do Medo, São Paulo: Editora, Unesp, 2005, p. 8.

³⁷ - Idem, p.12.

³⁸ - Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ - Idem, p.14-15.

⁴¹ Idem, p. 117.

aqueles grupos sociais, embora, a origem da ameaça seria o resultado da tentativa de controle e não da falta de controle da natureza pelos humanos.

3 - Em cidades do interior do país, como Londrina-PR, nas quais a memória do processo de reorganização da natureza em “sistema agroecológico”, nos termos de Donald Worster, ainda é foco de conflitos e disputas em torno das idéias de “barbárie”, “civilização”, desenvolvimento e progresso contra o atraso e o vazio demográfico, a era da ecologia teria trazido novos componentes de tensão na percepção do natural.⁴² A transformação do sistema ecológico florestal em um 'sistema agroecológico' desencadeado a partir dos anos de 1930 passou durante os 80 de sua existência por algumas mudanças que aprofundaram as características da uniformização e especialização desse sistema. Acompanhem, em linhas gerais, essas alterações ocorridas na região da cidade de Londrina.

O surgimento da cidade de Londrina, atualmente a maior cidade localizada na bacia do rio Tibagi, no início da década de 1930, está relacionada a um processo mais amplo iniciado no final do século dezanove. Uma das características deste processo foi à busca por novas áreas de produção e fornecimento de matéria prima que levou os países centrais a “vasculhar” o mundo. Neste momento, a partir da Segunda metade do século XIX, o imperialismo busca suas potencialidades de lucro em todo o planeta. Como disse Eric J. Hobsbawm, todas as partes do mundo tornaram-se conhecidas e mapeadas. Com poucas exceções, já não se tratava de descobertas, mas uma espécie de esforço atlético, com toques de desafios pessoais ou nacionais, que se tornaram as tentativas de vencer a natureza dos ambientes mais inóspitos como o Ártico e a Antártica.⁴³ Esse movimento afetaria a bacia do rio Tibagi, assim como afetou a cidade de São Paulo, com a expansão da atividade

cafeicultora impulsionada pelos novos tempos de ritmo acelerado.⁴⁴ O acesso a novas áreas, a expansão da urbanização e da cafeicultura, bem como a presença de engenheiros e projetos ferroviários é uma das evidências desse processo no vale do Tibagi.

O que motivou a “ocupação” da bacia foi a terra, aquilo que Donald Worster, seguindo Karl Polany, chamou de “simplificação da natureza”: “Todas as forças e interações complexas, seres e processos que designamos como “natureza” (às vezes até elevada ao *status* honorífico de uma “natureza” capitalizada), foram reduzidas a uma simplificada abstração, “terra”[...] a terra tornou-se “mercantilizada”; ela veio a ser considerada como se fosse uma mercadoria e, por essa maneira de pensar, foi disponibilizada para ser comercializada sem restrição.”⁴⁵

Somente a partir dos anos de 1920 a expansão da cafeicultura atinge a margem leste do rio Tibagi, embora já tivesse avançado até o espigão que separa os rios Cinza, afluente do Paranapanema e o Tibagi. Na década de 1930 inicia-se a “moderna colonização” na margem oeste com o surgimento do núcleo urbano de Ibiporã e depois Londrina. Até a década de 1960, a cafeicultura representava a principal atividade agrícola e econômica desenvolvida na parte baixa da Bacia do Tibagi. Após esse período foi substituída rapidamente pela produção altamente tecnificada da soja, do trigo e do milho.⁴⁶ A cidade de Londrina, surgida na década de 1930 teve um rápido crescimento populacional. Em meados dos anos de 1940 contava já com aproximadamente 50.000. Na década de 1960 sua população ultrapassou os 100.000 mil habitantes. Nos anos de 1980 atingiu 300.000 mil habitantes e atualmente, passa dos 500.000 habitantes.

No Brasil, pós anos de 1930 e, em especial, após a segunda guerra mundial, aconteceu uma crescente e contínua expansão do que foi chamado

⁴²- Ely Bergo de Carvalho e Eunice Nodari fizeram uma análise desse processo em Campo Mourão e Maringá-PR entre os anos de 1950 e 1970 através de pesquisa em jornais locais. Os autores apontaram duas fases no que eles denominaram de 'verde', ou seja, o 'ambiente': a primeira até o final da década de 1970, havia um discurso de “civilizadores”, a partir desse momento teria havido o surgimento de uma ecologização da relação do homem e natureza nos discursos que eram apresentados nos jornais analisados. CARVALHO, Ely Bergo de e NODARI, Eunice Sueli. A civilização e a barbárie nos jornais: o imaginário do “verde” em cidades de fronteira agrícola no paraná (1954/2000). *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. vol. 5 Ano V, nº 2. Abril/ Maio/ Junho de 2008. Disponível em: www.revistafenix.pro.br

⁴³- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios*, Rio de Janeiro: Editora: Paz e Terra, 1988, p. 29.

⁴⁴- SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.), *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque a Era do Rádio*, São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p.7-48.

⁴⁵- WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & sociedade*. Campinas, vol. 5, nº .2, p.23-44, janeiro de 2003.

de o ideário desenvolvimentista, pensado como desenvolvimento econômico, industrialização e urbanização. Um dos momentos que mais explicitam este ideário foi o governo de Juscelino Kubitschek, que lançou a sua palavra de ordem “50 anos em 5”. Este ideário, aparentemente, atravessou o período da ditadura militar que se seguiu e, mesmo após o período militar, no contexto da redemocratização, pouca coisa mudou em relação aos discursos dos governantes, no qual a tônica predominante era a idéia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico sem preocupação com a questão ambiental⁴⁷: “Dos dez governos oposicionistas, eleitos em 1982, somente um deles, o do Paraná, comandado pelo peemedebista José Richa, teria dado importância efetiva ao meio ambiente no equacionamento da agenda de políticas públicas.”⁴⁸

Embora, como alguns autores sugerem⁴⁹, a ação dos organismos estatais no âmbito do governo federal e alguns estaduais surgidos ainda na década de 1970 com a finalidade de combater a degradação não obtiveram muito sucesso, pode-se dizer que estas instituições, pelo menos o fato da sua criação, representam indícios de que a questão ecológica, ou a era da ecologia no dizer de Worster, estava em expansão na sociedade brasileira. Por outro lado, as consequências do modelo de desenvolvimento a qualquer custo começavam a se

fazer presentes de forma cada vez mais intensa, especialmente nas áreas de maior concentração urbana, em metrópoles como a cidade de São Paulo e seus arredores.⁵⁰ Um exemplo, talvez o mais dramático de poluição por fontes industriais em área urbana, que evidenciam a idéia e as conseqüências do “progresso a qualquer custo”, foi o sucedido no município de Cubatão. Situado na aglomeração urbana de Santos, recebeu a instalação de plantas industriais do setor petroquímico e siderúrgico motivados pela proximidade do porto da cidade de Santos. A implantação deste pólo industrial começou na década de 1950, com a criação da COSIPA - Companhia Siderúrgica Paulista, em 1953 e com a construção da Refinaria Presidente Bernardes (1955), tornando-se o pólo indutor da indústria petroquímica. Continuou na década seguinte com a implantação de enormes empresas como a Ultrafertil, produtora de fertilizantes químicos. Nos anos de 1970, a região ficou conhecida como o “vale da morte”⁵¹.

A industrialização, ou “desenvolvimento a qualquer custo” acompanhado de suas repercussões na estrutura agrária e agrícola repercutiu no aumento crescente do deslocamento populacional em direção as cidades. Nas regiões que, até a década de 1950, haviam sido consideradas como “fronteiras agrícolas” este

⁴⁶- Existem inúmeras pesquisas sobre a expansão da cafeicultura no norte do Estado Paraná tematizando os aspectos econômicos, sociais, discursivos, etc., por esse motivo indicarei apenas os mais importantes: Reinhard Maack, “A modificação da paisagem natural pela colonização e suas conseqüências no norte do Paraná”, *Boletim Paranaense de Geografia*, (Curitiba), n. 2/3, (1961): 29-49; France Luz, “O fenômeno urbano numa zona pioneira”, (Tese de Doutorado, Univ. de São Paulo, 1980); Ana Yara D.P. Lopes, “Pioneiros do capital: a colonização do norte novo do Paraná”, (Dis. Mestrado, Univ. de São Paulo, 1982); Nadir Aparecida Cancian, *Cafeicultura paranaense – 1900/1970*, (Curitiba: Grafipar/SECEP, 1981); Nelson Dácio Tomazi, “Norte do Paraná”: histórias e fantasmagorias”, (Tese de Doutorado, Univ. Federal do PR, 1997).

⁴⁷- Sobre o ideário do desenvolvimentismo ver, entre outros, o estudo clássico de Maria Sylvia Carvalho Franco, “O tempo das ilusões” in Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, (orgs.) *Ideologia e Mobilização Popular*, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978), Maria Victoria de Mesquita Benevides, *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*, (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3ª ed.). O ideário desenvolvimentista é anterior, datando do início do período de governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1930, ultrapassando o período militar o que pode ser conferido em Ivone Teresinha Carletto Lima, *Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento*, (Marechal Cândido Rondon-PR: Editora Germânica Ltda, 2006) e Eduardo Viola, “O movimento ecológico no Brasil(1974-186): do ambientalismo a ecopolítica.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. (São Paulo) 4 (1987), 13- 40.

⁴⁸- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-186): do ambientalismo a ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: IUPERJ, 1987, p.17.

⁴⁹Idem.

⁵⁰- Aldo Rebouças, um dos maiores estudiosos sobre água doce no Brasil, considera que “Como resultado do inusitado processo de urbanização no Brasil, teve-se um grande aumento das demandas de água para consumo doméstico, industrial e agrícola, principalmente. Além disso, a não coleta dos esgotos domésticos ou o seu lançamento *in natura* nos rios, principalmente, bem como de boa parte dos efluentes industriais, engendrou a degradação do ambiente em geral e da água dos rios, lagos e açudes, em particular, em níveis nunca imaginados”. Aldo Rebouças, “Aspectos relevantes do problema da água” em Aldo Rebouças et alli (orgs) *Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação*, (São Paulo, Escrituras Editora, 2002), 691

⁵¹- ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A industrialização e a questão ambiental na região sudeste do Brasil, *Caminhos de Geografia*, vol. 11, n°4, Fev/2004. Disponível em: www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html

processo foi vivenciado com a erradicação da cafeicultura e a introdução do complexo atualmente conhecido como “agrobusiness”.

O processo de transformação da estrutura agrária foi denominado de “modernização conservadora”. Os anos de 1960 e 1970 marcaram uma significativa mudança nas formas de utilização dos espaços naturais transformados em “terra”, ocupados pela cafeicultura até então. Grandes áreas ao norte do Estado do Paraná, do oeste do Estado de São Paulo e outras regiões começaram a sofrer um processo de transformação nos processos produtivos que foram denominados de “modernização conservadora da agricultura”, assim caracterizada:

...processo de integração técnica-agricultura-indústria, caracterizado de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros.⁵²

Alguns dos resultados do processo de erradicação da cafeicultura, ou de “racionalização”, como foi denominado pelo Instituto Brasileiro do Café, podem ser acompanhados mais detalhadamente através do exame da transformação da região e do espaço urbano da cidade de Londrina. Inicialmente, a acelerada destruição da estrutura sócio-agrária de produção que havia se constituído na região, na qual as pequenas propriedades familiares tinham um peso significativo. Esta agricultura foi substituída por uma lavoura tecnológica em grande escala com o uso intensivo de fertilizantes e herbicidas e com

reduzido número de trabalhadores. Um dos efeitos do surgimento e expansão do complexo soja-trigo-milho, ou comumente denominado de “agrobusiness”, foi o que muitos designaram como “êxodo rural”⁵³. O destino desta população foi, na região, em grande parte a cidade de Londrina. Na década de 1970, a população urbana da cidade cresceu mais de 100.000 habitantes.

Nesta década, impulsionados pelo governo federal,⁵⁴ surgem os conjuntos habitacionais, na zona norte da cidade, ultrapassando a vertente esquerda do ribeirão Quati, através da Companhia Habitacional de Londrina, criada em 1963, mas que teve impulso somente na metade da década seguinte. Em 1977 teve início à construção do conjunto Milton Gavetti, com 740 casas, seguiu-se o Conj. Parigot de Souza I e II com 1.170 casas. Nos anos seguintes vários outros conjuntos foram iniciados com mais de 5.000 casas. Entre 1970 e 1989 foram construídas 23.899 casas em conjuntos habitacionais sendo que 13.946 na região norte da cidade.⁵⁵ Esta região, hoje conhecida como “Cinco Conjuntos”, foi ocupada por população de baixa renda e está localizada distante do centro da cidade (aproximadamente 10 a 15 quilômetros).⁵⁶

No final da década de 1970, a cidade contava já com quase 300 mil habitantes, sendo que no início do século XXI este número ultrapassou a casa dos 500 mil habitantes, aparecendo inúmeras demandas e conflitos pela utilização da natureza, além da “reorganização da natureza para a agricultura”. Um desses conflitos, que perdurou do início dos anos de 1970 até o início o final da década de 1980, foi o abastecimento de água potável aos seus habitantes, um problema que havia se tornado constante e, em momentos de stress hídrico, uma luta em torno da “conquista da água”, um dos feitos da urbanização moderna.⁵⁷ Desde o início da década de 1970, vinha ocorrendo na cidade discussões e proposições de projetos com a

⁵²- DELGADO, Guilherme C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, Vol. 15, nº43, p. 157-172, 2001, p.164.

⁵³- NO Brasil, quase 40 milhões de brasileiros trocaram o campo pela cidade pequena, e cidade pequena pela grande cidade entre 1960 e 1980, cf. MELLO, João Cardoso de & NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.

⁵⁴- Ver ALVES, Claudia Lima Esteves. *Dinâmica espacial de produção e reprodução do capital e da força de trabalho em Londrina – os Conjuntos habitacionais*. p.90-92. No período de 1977-1982, segundo a autora, foram entregues quinze mil unidades habitacionais para compradores de baixa renda, entre zero e três salários mínimos. Casas de 21, 35 e 43 metros quadrados em terrenos de 215 m².

⁵⁵- SILVA, William Ribeiro da. Fragmentação do espaço urbano de Londrina. p. 8.

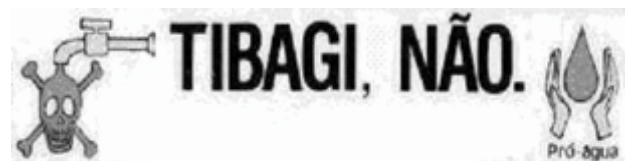
⁵⁶- CUNHA, Fábio César Alves. *Crescimento urbano e poluição hídrica na zona norte de Londrina – PR*. p. 59.

⁵⁷- WORSTER, Donald. El agua en la historia moderna. Temas y preocupaciones. *Ilé: Anuário de Ecología, Cultura y sociedad*. 5, n. 05, 2005. p. 115-128. Habana: Fundacion Antonio Nunez Jimenez de la naturaleza e el hombre. p. 116.

finalidade de “resolver” o que era diagnosticado como o “problema do abastecimento”. Um dos planos consistia na construção de um sistema integrado de captação das águas do rio Tibagi, 40 km a leste de Londrina, pretendendo abastecer varias cidades da região. Este plano ficou conhecido como Projeto Tibagi.

Este plano de captação de águas do rio Tibagi enfrentou diversas resistências, como a ação de empreiteiros locais, que queriam participar das obras; sindicatos que denunciavam os custos da obra, propondo alternativa do então Aquifero Botucatu, como o Sindicato dos Engenheiros; e uma nova ordem de argumentos, a do ambientalismo. Em 1978, foi criada na cidade de Londrina, a APPEMMA – Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, coordenada pelo engenheiro agrônomo Marcos Antonio Silveira Castanheira. A ação dessa associação havia iniciado com denúncias e protestos sobre a poluição de um lago artificial da cidade, constituído nos anos de 1950, que havia se tornado cartão-postal da cidade: o Lago Igapó. Envolve-se também nas discussões sobre o Projeto Tibagi, especialmente denunciando a poluição das águas do rio Tibagi, contaminada, segundo Marco Castanheira, por organoclorados oriundos da lavoura altamente tecnificada que estava se expandindo na bacia desde o início dos anos de 1970. Há fortes evidências de que a ação da associação, junto com a imprensa e outros sindicatos e associações, conseguiram criar uma paisagem do medo, que se revelou no medo de beber a água do rio Tibagi. Reagindo ao projeto, e aparentemente, impulsionados pela 'paisagem do medo', parte da população, sindicalistas, ambientalistas e autoridades se mobilizaram contra a o projeto de captação das águas do rio Tibagi. Um dos movimentos de oposição ao Projeto Tibagi, surgido no período, foi auto-nomeado como “Pró-Água”, coordenado pelo Sindicato dos Engenheiros de Londrina e pela APPEMMA, teria mobilizado

mais de 40 entidades de Londrina e Cambe, promoveu ações judiciais, debates públicos, mobilizações, etc. Uma das imagens produzidas durante um dos momentos de mobilização, em meados dos anos de 1980, nos mostra claramente o medo implícito que estaria motivando a ação.

Figura 1⁵⁸

Na cristalização da paisagem do medo era direto e objetivo. A inocente água que todos os dias saía das torneiras domésticas, um gesto banal e cotidiano, poderia se tornar numa arma mortífera. Em contrapartida, a gota d'água protegida pelas mãos em gestos que lembram rituais religiosos da Igreja Católica evocando a pureza e o sagrado.⁵⁹

A formação de “uma paisagem do medo” pode ser uma forma de entender o processo de expansão do ideário ecologista na cidade, ou ainda de perceber as mudanças da sensibilidade frente ao natural em uma cidade de “fronteira agrícola” recente, na qual a presença da agricultura, tanto como atividade econômica quanto como imaginário da utilização da natureza era muito forte.⁶⁰ Entretanto, não parece que seria suficiente para explicar a diversidade de discursos, posicionamentos, ações e interações entre a população dessa cidade e a natureza ao longo de duas décadas, no momento do surgimento e expansão da era da ecologia.

Uma das formas encontradas para investigar as outras possíveis formas de percepção e relação com a natureza existentes na cidade de Londrina foi o acompanhamento das reportagens do principal jornal da cidade, a Folha de Londrina, ao longo dos anos de 1970 e 1980, o que permitirá verificar quais

⁵⁸ - Coleção Nelson Amanthea. Centro de Documentação e Pesquisa em História. Departamento de História. Universidade Estadual de Londrina.

⁵⁹ - Ver ARRUDA, G. PAISAGENS DO MEDO: uma proposta para o surgimento da era da ecologia na cidade de Londrina - 1970-1990. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 2010, Florianópolis. Anais do Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis-SC: UFSC/CFH/Programa de Pós-graduação em História, 2010 e ARRUDA, G. . Paisagem do medo: poluição, água potável e o imaginário social do rio Tibagi em Londrina - PR (1970-1990). In: **XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2009, Fortaleza - CE. Anais do XXV Simpósio Nacional de História: Por uma estética da beleza na História. Fortaleza: ANPUH, 2009. v. 1. p. 1-10.**

⁶⁰ - Para uma discussão sobre a relação entre imaginário ecológico e agricultura ver KLANOVICZ, J. Ideal pastoral, biorregionalismo e modernismo na literatura sobre a produção de maçãs no Brasil. Revista Literatura em Debate, vol. 4, nº 7, p. 212-232, ago-dez., 2010. Recebido em 18 out; aceito em 16 nov. 2010.

os principais temas relacionados à natureza na cidade, isto é, no período de expansão da era da ecologia, ou da 'ecologização' da relação do homem e natureza. A pesquisa e as considerações expostas adiante representam os resultados de pesquisa em andamento e, portanto, precisam ser consideradas muito mais como temáticas e hipóteses a serem aprofundadas e consolidadas com o exame de outras fontes e metodologias.

A Folha de Londrina, o mais antigo jornal da cidade, ainda existente, fundado e funcionado ininterruptamente desde 1947, possuía nas décadas de 1970 e 1980 uma significativa penetração entre os habitantes da cidade. Contava, naquele período, com quase 300 empregados, sendo quem mais de 50 trabalhavam diretamente na confecção do jornal: repórteres, fotógrafos, editores, diagramadores, etc. Possuía sucursais em Brasília, São Paulo, Curitiba e em todas as cidades importantes do Estado do Paraná. Sua tiragem diária passava dos 35.000 exemplares, atingindo 40.000 aos domingos. Do total 15.000 exemplares circulavam apenas na cidade de Londrina.⁶¹

Estabelecemos uma estratégia de amostragem para os anos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1990.⁶² Nesses anos foram relacionadas e contadas todas as reportagens que mencionavam algum tema relacionado ao mundo natural. Simultaneamente ao levantamento das reportagens/anúncios/charges/cartas foram sendo delineadas palavras-chaves, ou descritores, que desse uma idéia dos conteúdos dos respectivos assuntos. No final do levantamento foi realizado um reagrupamento desses descritores em 11 que se tornaram, então, os termos de comparação entre os demais anos, conforme a tabela 1:

Tabela 1

Palavra chave	Descrição
Agrotóxicos	Esta palavra chave engloba temas sobre mecanização agrícola e ameaças. Encontramos várias reportagens sobre as consequências do uso dos defensivos agrícolas nas lavouras e para os trabalhadores rurais e a população em geral, além destes estão relacionadas matérias sobre legislação, fiscalização e proibição do uso de alguns agrotóxicos pela Secretaria de Agricultura do Paraná e Ministério da Agricultura, seminários promovidos em faculdades com objetivo de debater o sobre o uso ou alternativas para substituição dos mesmos.
Ambientalismo	Ambientalistas, movimentos ambientalistas, projetos ambientais, eventos ecológicos e cursos ecológicos.
Clima	Esta palavra chave engloba os eventos relacionados às alterações ou fenômenos climáticos como: enchentes, secas, geadas, tempestades, nevascas, tufões, furacões e outros. Nas matérias com esse enfoque são encontradas informações sobre as consequências e desdobramentos decorrentes desses fenômenos.
Consciência Ambiental	Cartas de leitores de cunho religioso ou filosófico relacionados à natureza, promoção de atividades escolares com temas ecológicos, artigos relacionando o meio ambiente à economia, política ou história.
Florestas	Matérias sobre desmatamento e depredação de matas nativas, matas ciliares e suas consequências: desertificação, erosão, assoreamento, voçoroca, infertilidade dos solos, queimadas e outros. Aos efeitos do desmatamento estão relacionadas informações sobre ações de combate a esses "fenômenos", como investimentos públicos para recuperação de áreas erodidas, programas de recomposição de matas ciliares, fiscalização sobre desmate, legislação sobre reflorestamento e preservação de remanescentes de vegetação nativa, criação de reservas e parques florestais, distribuição de mudas de essências nativas e ainda campanhas de arborização nas áreas urbanas.
Fauna	Peixes, pesca, mortandade de peixes, caça as baleias, contrabando de animais silvestres, legislação sobre caça e pesca, fiscalização e apreensão de materiais considerados predatórios, repovoamento de lagos e rios.
Legislação	Esta palavra chave aparece quando as matérias trazem informações sobre legislação ou criação de leis ambientais, órgãos do governo que atuam na fiscalização, e na autuação de entidades/pessoas consideradas depredadoras do meio ambiente.
Poluição	Ar, água, sonora, radioatividade, lixo. Matérias sobre os diversos tipos de poluição, causadas pela atividade humana.
Preservacionismo	Ações voltadas à preservação e conservação de florestas nativas, ilhas e estuários, criação de parques e reservas.
Recursos Hídricos	Abastecimento de água, rios, aquíferos, mananciais, obras de tratamento de esgotos e saneamento, pontes sobre rios, alagamentos por represas, transbordamentos, hidroelétricas, denúncias de poluição de fontes de água, escassez de água potável, gestão de recursos hídricos, projetos de canalização e distribuição de água potável, custos e investimentos na área, instituições e atores sociais ligados a esses temas.
Turismo	Esta palavra chave engloba temas sobre atividades e de lazer e turismo em áreas de parques, lagos, lagoas. Encontramos também várias reportagens sobre grandes investimentos dos governos em pólos turísticos.

Após o levantamento, chegou-se a seguinte estatística dos conteúdos selecionados, demonstrados na tabela 2:

Tabela 2

	1970	1975	1980	1985	1990
Agrotóxicos	-	02	43	81	32
Ambientalismo	03	06	09	65	107
Clima	49	16	179	175	126
Consciência ambiental	06	18	74	120	98
Florestas	17	15	94	138	114
Fauna	01	03	18	25	46
Legislação	00	03	08	61	25
Poluição	18	22	53	83	120
Preservacionismo	00	02	52	37	32
Recursos hídricos	25	11	102	173	134
Turismo	11	02	06	08	26
Total:	130	100	638	966	860

⁶¹ - REZENDE, Maria José de. A ideologia do jornal "Folha de Londrina", no período do governo João Baptista Figueiredo – 1981-1982. Londrina: mimeo: (Monografia de graduação, Univ. Estadual de Londrina, 1985). 47-51.

⁶² - O levantamento foi realizado por Aparecida Cristina Leite V. da Silva e Eliane Aparecida Biasetto, participantes do projeto História Ambiental do rio Tibagi, financiado pelo CNPq.

As possibilidades de análises das estatísticas acima são muitas e promissoras, porém, para os limites das intenções desse artigo, optou-se fazer algumas breves considerações sobre os resultados até agora alcançados, fazer algumas comparações e comentários sobre os anos de 1980 e 1990 e, após, avançar algumas possibilidades explicativas. Nota-se que em relação aos anos anteriores a quantidade de matérias de 1980 representa um crescimento substancial, especialmente em relação aos descritores recursos hídricos. Esse aumento explica-se, como foi comentado anteriormente, pelos debates sobre o Projeto Tibagi, como uma possível solução para a questão do abastecimento dos habitantes da cidade de Londrina. O que chama atenção, porém, é o aparecimento de um número significativo de “consciência ambiental”, (120 em 1985 e 98 em 1990). O número de 1985 está provavelmente relacionadas as ações da APPEMMA e do movimento de oposição ao Projeto Tibagi e as constantes referências ao estado das águas do rio Tibagi. Na segunda metade dessa década seriam propostos vários programas de “recuperação” do rio e na criação do COPATI – Consórcio Intermunicipal da Bacia do rio Tibagi em 1987.

Em geral, é nítido o crescimento dos assuntos relacionados à natureza que se aproximam de 1000 em 1985 e 860 em 1990 em quase todos os descritores. Antes de avançar em possíveis hipóteses para os dados estatísticos vale comentar que o assunto clima, especialmente entre 1980 e 1990 esteve sempre muito presente. As preocupações com os efeitos climáticos, geadas, secas, enchentes e outros, aparecem constantemente relacionadas aos possíveis prejuízos à agricultura e aos transtornos aos habitantes urbanos. Às vezes aparecem reportagens sobre o “flagelo” da seca, os desastres das enchentes urbanas e, comumente, em relação às notícias regionais, os impactos da seca para a agricultura e o abastecimento de água potável para os habitantes da cidade de Londrina. Os desdobramentos dessas notícias e suas possíveis leituras entre os leitores poderiam explicar um fenômeno que poderia ser denominado de “ansiedade climática” que caracteriza o mundo contemporâneo. Fenômeno evidenciado na quantidade e importância que programas e notícias sobre o clima assumiram nos noticiários e jornais.

Em linhas gerais e provisórias, a década de 1980, que corresponde aos anos de 1980/1985/1990 no levantamento realizado

concentra um volume significativamente maior de matérias se comparado aos anos 1970/1975. Especialmente, a partir de meados da década, o ano de 1985, esse aumento pode ser creditado, entre outros fatores, a abertura política; as discussões sobre a legislação dos agrotóxicos; em Londrina, do acirramento das discussões sobre o Projeto Tibagi; também ao processo de organização com vistas à eleição de representantes parlamentares-constituintes. Além dos números, o teor de matérias, com temas ligados ao meio ambiente nos anos de 1980, comumente aparecem ao lado de nomes e imagens de personagens do cenário político. Pode-se conjecturar que se tratava da constituição de novos campos políticos de atuação e, mesmo, da institucionalização da temática ambiental. Assim, as discussões apareciam ligadas a parlamentares, técnicos, como Cicero Bley, diretor da autarquia SUDHERSA, no início dos anos de 1980 e ativistas ambientais, como Marco Castanheira, organizador da APPEMMA. Seria uma “publicização” das demandas em torno dos problemas ambientais aliado à imagem pública que se tencionava construir e projetar naquele momento específico.

Já no final da década, no ano de 1990, certos temas mantêm um padrão ou aumento significativo de crescimento, podendo ser explicado pela proximidade e preparativos para a Conferência que aconteceria em 1992 na cidade do Rio de Janeiro. Porém, alguns aspectos chamam a atenção, uma delas é que praticamente não aparecem as várias associações de instituições ligadas ao meio-ambiente que estiveram em evidência nos anos anteriores. (ADEAM, ACARPA, APPEMMA, SUDHERSA, etc.). Talvez, uma possível explicação seria que as questões ambientais em 1990 já estavam inseridas na agenda política, pois as notícias sobre a poluição em geral continuam, mas não mais como manifestação de um grupo ou pessoa em específico.

Em relação à hipótese inicial da formação de uma “paisagem do medo”, é interessante notar que na década de 1970 até meados dos anos de 1980, as denúncias tinham um tom de calamidade e eram normalmente alarmantes, assim como as reportagens e manchetes sobre as questões ambientais. Parece haver uma transferência do tom dado pelos ambientalistas, que pregavam acontecimentos catastróficos para um futuro próximo, às notícias nesse período, que possuem

tons semelhantes às aquelas idéias difundidas pelos ambientalistas. Esse tom de calamidade da década 1970 parece ter se abrandando no final dos anos de 1980. Como hipótese explicativa dessa mudança de enfoque seria a possível ampliação da incorporação da questão ambiental pela sociedade, como um problema presente a ser resolvido, mas sem muita urgência. Uma mudança significativa nesse sentido é o exemplo da poluição dos rios. Em 1980 uma matéria sobre a poluição de rio em Alvorada do Sul mostrava uma fotografia com imagens de dezenas de peixes mortos⁶³, por outro lado em 1990, em duas matérias sobre poluição no rio Piava (Umuarama), nenhuma mostra qualquer imagem do rio ou de peixes mortos⁶⁴.

Como foi afirmado anteriormente, os apontamentos avançados nesse artigo possuem caráter provisório e exploratório procurando explicitar as múltiplas faces e percepções que a temática natureza assumiu na cidade de Londrina, expressas em reportagens do principal jornal da cidade, nas décadas de 1970 e 1980. Cada um dos temas encontrados, que se desdobram em inúmeros outros, conforme a tabela 1 aponta para múltiplas percepções da temática pelos habitantes da cidade de Londrina naquele período. Por um lado, as matérias apontam para o surgimento e expansão da era da ecologia, no sentido do que veríamos nos anos seguintes, por outro é visível a força da associação com o processo de transformação da natureza em terra, ou em “sistema agroecológico”, evidenciado nas preocupações que aparecem com agrotóxicos, erosão, assoreamento, florestas ciliares, reflorestamentos, secas, geadas, degradação do solo, etc.

Artigo recebido em 10.06.2011.

Artigo aprovado em 20.02.2012.

⁶³Folha de Londrina, (19/10/80, p. 1).

⁶⁴Folha de Londrina, (25/11/90, p. 1).